



ARTIGO

**“SINHÁS” E CATIVAS:  
AS MULHERES NA  
SOCIEDADE DE  
ITAPEMIRIM-ES DOS  
OITOCENTOS**

*Laryssa da Silva Machado*

*Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.*

*Lucas da Silva Machado*

*Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.*

## Resumo

O presente trabalho pretende discutir o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade de Itapemirim no século XIX, tanto das senhoras da sociedade quanto das cativas. Para isso, serão analisados documentos primários, tais como a Lista Nominativa da População de Itapemirim de 1833, Inventários post-mortem, Testamentos e Documentos Eclesiásticos. O objetivo é identificar o papel que as mulheres desempenharam nessa sociedade, tanto as proprietárias de bens quanto as escravizadas. Os documentos apresentam mulheres como donas de fortunas em terras, joias e cativos, ao mesmo tempo que traz inúmeras cativas, que não possuíam bens, mas tinham ocupação como mucamas, cozinheiras ou rendeiras, além de chefiarem famílias, às vezes formadas por vários filhos. Assim, este artigo quer destacar essas mulheres, que na maioria das vezes têm suas histórias ofuscadas por uma sociedade patriarcal.

**Palavras-Chaves:** Escravidão em Itapemirim, história das mulheres, história do Espírito Santo, história de Itapemirim.

## Introdução

A historiografia brasileira, nas últimas décadas, passa por uma reformulação em relação às pesquisas, uma vez que, novas fontes passaram a ser utilizadas na produção de inúmeros trabalhos. Os novos debates surgidos a partir de então colocam personagens antes esquecidos pela historiografia em destaque. Temas como "História das Famílias", "Famílias Escravas" e "História das Mulheres", que serão retratados nesse artigo, passaram a serem mais frequentemente estudados nos últimos anos.

O presente artigo pretende analisar a trajetória de algumas mulheres da sociedade de Itapemirim-ES ao longo do século XIX, sendo estas Sinhás e cativas. Portanto, a história das mesmas perpassa pelos estudos relacionados à história das mulheres, mas também, à história das famílias e da escravidão.

## Abstract

The present work intends to discuss the role played by women in the society of Itapemirim in the nineteenth century, both the ladies of society and the captives. To this end primary documents will be analyzed, such as Nominative List of the Population of Itapemirim of 1833, postmortem inventories, testaments and ecclesiastical documents. The objective is to identify the role that women played in this society, both the owners of goods and the enslaved ones. The documents present women as owners of fortunes comprising of land, jewels and captives, as well as presenting numerous others as captives, who had no possessions but were employed as maids, cooks, or lacemakers in addition to leading families, sometimes made up of several children. Thus, this article aims to highlight these women, who for the most part have their stories overshadowed by a patriarchal society.

**Keywords:** Slavery in Itapemirim, history of women, history of Espírito Santo, history of Itapemirim.

A autora pesquisa famílias escravas na sociedade itapemirense, muitas delas formadas apenas pela figura materna, uma vez que muitos documentos só apresentavam o nome dos pais quando a união era regularizada pela Igreja Católica (SLENES, 2011, p.110).

Nos estudos sobre famílias no Brasil destaca-se a heterogeneidade dos laços familiares, uma vez que na sociedade brasileira coexistiram diferentes etnias, o que colaborou para formação de uma sociedade complexa e hierarquizada (SCOTT, 2015, p. 25). Entre os séculos XVI e XVIII, o termo "família" representava a ideia de coabitação enunciada, independente de laços consanguíneos, e abrangia a "gente da casa", que eram criados e agregados. Também estava relacionado aos parentes, que eram ligados por laços consanguíneos, mas não coabitavam (FARIA, 1998, p.41).

No Brasil, os escravos não eram incluídos como membros da família (FARIA, 1998, p. 41). Ainda assim,

o parentesco por afinidade, obtidos em rituais como os de compadrio, por exemplo, eram traços importantes na composição familiar. "O termo 'família' extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que [...] incluía em suas análises as demais relações de consanguinidade e coabitação" (FARIA, 1998, p. 43).

Dentre as famílias estudadas estão aquelas formadas por cativos. Os estudos sobre o tema são complexos. Alguns sugerem que, o estabelecimento de laços familiares remete ao conceito básico de linhagem, existente na África Central. Os cativos que foram trazidos para o Brasil, ainda que tivessem sido radicalmente separados de suas sociedades de origem, teriam lutado para organizarem sua vida familiar (SLENES, 2011, p.155). Ao mesmo tempo, outros estudos apontam que a formação de famílias estava entre as estratégias políticas senhoriais, evitando que os mesmos se rebelassem (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.30). "Os laços parentais, por sua vez, criavam sólida base para o relacionamento pacífico, assim como as cerimônias rituais" (FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 32).

É inegável a presença da família cativa na historiografia brasileira atual, sendo que nestas o papel das mulheres é de fundamental importância. Segundo Louise Tilly, a história das mulheres não pode ser definida apenas pela questão biológica. Também é preciso analisar questões sociais e familiares, regras e costumes que são decorrentes de estruturas de poder (1994, p. 31). As mulheres, então, ganharam status de agentes históricos a partir de suas atuações em camadas sociais, grupos familiares e diferentes culturas (LEITE, 1994, p. 58). Muitos estudos discutem a visão, que se tinha até o século XIX, onde as mulheres apareciam como pária da sociedade, reclusas às funções de mães e esposas (CUNHA, 2000, p. 143). Na realidade, ao se fazer uma análise de diversas sociedades, percebe-se que as mulheres ocupam papéis que as destacam.

O que este trabalho pretende mostrar é justamente o papel desempenhado pelas mulheres itapemirienses, tanto as "Sinhás" escravocratas quanto

as suas cativas. Para isso, serão utilizadas as fontes cartoriais<sup>1</sup> (testamentos e inventários *post mortem*) e eclesiásticas<sup>2</sup> (registros de batismos), além da Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833<sup>3</sup>. A intenção é, além de apresentar dados gerais sobre a população, ressaltando o número de mulheres nessa sociedade, levantar alguns trechos das histórias dessas mulheres e destacá-las em uma sociedade machista. É interessante destacar, nesse trabalho, que serão analisadas mulheres que se encontram em lugares antagônicos: a senhora e a escrava.

Assim, este artigo quer apresentar as mulheres donas das principais fortunas e das maiores escravarias, bem como aquelas que, no leito de morte, libertaram seus cativos ou doaram algum bem aos mesmos, além daquelas que levaram os infantes, filhos de suas escravas, à pia batismal. Também se pretende analisar a vida de algumas escravas, as profissões e qualificações que as mesmas possuíam e suas famílias. Algumas cativas eram casadas, outras, por sua vez, eram mães solteiras e, em alguns casos, eram avós. A trajetória dessas mulheres merece destaque, pois representa uma página importante da historiografia brasileira e capixaba, pouco explorada.

## Itapemirim no século XIX

Os Oitocentos inauguram uma nova fase na política e na economia capixaba. Nos primeiros anos, ela baseava-se na produção de alimentos que eram exportados para a Corte e outras províncias (CARVALHO, 2008, p. 59-60). Também havia produção de açúcar a cachaça. As lavouras de cana, bem como os enge-

<sup>1</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

<sup>2</sup> PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855; PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872; PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

<sup>3</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

nhos, foram introduzidas no território capixaba desde o início de sua colonização em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, capitão donatário capixaba (DAEMON, 2010, p. 111).

A partir de 1800, ainda que com muita dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade, pois foi exatamente nessa época, fim do século XVIII e início do século XIX, que se deu um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio (SANTOS, 2002, 153).

O café foi o grande responsável pela transformação da economia capixaba. Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 15-16), tornou-se cultura dominante por volta de 1840 e substituiu gradualmente o cultivo de cana, que predominava até então. Entre 1856 e 1872, houve uma grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente no Vale do Rio Itapemirim. A transição da primeira para a segunda metade do século XIX, período em que o café despontou como principal cultura, é classificada por José Teixeira de Oliveira (2008, p. 354) como o "início de uma nova era".

O Vale do Rio Itapemirim, região que concentrou as lavouras de café e que trouxe uma nova era para a economia capixaba na segunda metade dos Oitocentos, cresceu economicamente por meio do cultivo da cana de açúcar e estava entre as primeiras sesmarias doadas pelo capitão donatário Vasco Coutinho a Pedro da Silveira em 1539 (DAEMON, 2010, 114). Porém, os primeiros sinais de colonização efetiva ocorreram por volta do século XVIII com Domingos Freitas Bueno Caxangá, que adquiriu as terras da foz do Rio Itapemirim e se estabeleceu na região, construindo uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá, localizada no alto de um morro e mais tarde denominada de Fazendinha" (MORENO, 2016, p. 19).

É no fim do século XVIII que a colonização se concretiza, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, região no interior do Espírito Santo, onde

o bandeirante Pedro Bueno Cacunda liderava um grupo que realizava a mineração de ouro. Após ataque dos índios puris, os sobreviventes desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, e chegaram a Barra desse rio, intensificando a povoação da região (OLIVEIRA, 2008, p. 222). A chegada dos bandeirantes de Castelo efetiva a colonização itapemerinense. "Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio" (BITTENCOURT, 2006, p. 78).

Esses eventos dão o pontapé inicial para o desenvolvimento de Itapemirim, por meio do cultivo da cana e da instalação de engenhos produtores de açúcar e aguardente, além de lojas de secos e molhados (VASCONCELLOS, 1978, p. 36). Muitos migrantes mineiros, paulistas e fluminenses, em busca de melhores condições de vida e de terras férteis, vieram para o Vale do Itapemirim, trazendo consigo seus familiares, maquinários e escravos (MORENO, 2016, p.32).

É importante destacar, que esses fazendeiros intensificaram a produção de açúcar, que por muito tempo foi o principal produto exportado pela província, e trouxeram o cultivo do café para a região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 18). Além disso, houve um nítido crescimento da população, onde se criou condições para a emancipação política. Por meio, então, do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 09 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p. 33).

As lavouras de café foram, inicialmente, implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana e substituíram as plantações de cana de açúcar, que eram mais custosas e trabalhosas. O café, por sua vez, além de oferecer uma margem de lucro maior, exigia menos capital e cuidados (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 16). Porém, a expansão das lavouras seguiu na direção das terras do interior da região sul, já que ofereciam condições naturais de solo e clima mais propícias (SALETTI, 1996, p. 35). A

região litorânea retornou ao cultivo da cana como principal lavoura, enquanto que no Alto Itapemirim, as plantações de café se desenvolveram com sucesso (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35). Além do café, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro.

No ano de 1856, Cachoeiro de Itapemirim se torna freguesia, separando-se definitivamente de Itapemirim, em 1864<sup>4</sup>. O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café. Esse porto tornou-se o mais importante da província, pois estava próximo da região produtora de café e era o porto mais perto da Corte (HESS, FRANCO, 2005, p. 34).

Toda essa dinâmica econômica gerou uma diversidade na paisagem humana itapemerinense. A presença de cativos na região foi expressiva, graças às lavouras de cana de açúcar. Em alguns anos, de acordo com os levantamentos realizados pelas autoridades locais, a quantidade de escravizados superava o número de habitantes livres. Os anos de 1827 (VASCONCELLOS, 1978, p. 39), 1839 (LAGO, 2013, p. 39) e 1843<sup>5</sup> são exemplos desse fato. Em 1827, por exemplo, a população total de Itapemirim correspondia a 1.835 habitantes, sendo 797 livres (44%) e 1.038 escravos (56%). Já em 1839, eram 1.635 escravos (66%) contra 852 (34%) livres, numa população de 2.487 pessoas. Em 1843, eram 3.984 habitantes, sendo 1.825 livres (45%) e 2.109 cativos (55%).

4 O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada a categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

5 Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16.

No Censo oficial de 1872<sup>6</sup>, que recenseou toda a população do Império brasileiro, a população de Itapemirim somava 9.881 habitantes, sendo 2.873 escravos (32%) e 6.808 livres (68%). Percebe-se que mesmo nos anos em que a população livre era superior à cativa, o alto índice de escravos pode ser observado. Em alguns levantamentos, os valores para homens e mulheres foram especificados, o que permite ter uma noção de quantas mulheres, livres e cativas, havia em Itapemirim.

Na "Memória Estatística da Província do Espírito Santo" escrita pelo ex-presidente provincial Ignácio Acciole de Vasconcellos (1978, p. 39), em 1828, os dados referentes aos anos de 1824 e 1827 são apresentados. Em 1824, a população de Itapemirim era de 2.332 habitantes, sendo 1.041 mulheres. Dessas, 574 (55%) eram livres e 467 (45%) eram cativas. Já em 1827 a população de Itapemirim correspondia a 1.835 habitantes, onde 886 eram mulheres, 415 (47%) livres e 471 (53%) cativas.

Outro documento que aparece a quantidade de mulheres é a Lista Nominal de 1833. Dos 2.937 habitantes, 954 eram mulheres adultas, sendo 396 livres (41,5%) e 558 mulheres cativas (58,5%). Também se pode observar a quantidade de mulheres adultas no Censo de 1872. Dos 9.681 habitantes, 4.490 eram mulheres: 2.997 livres (66,7%) e 1.493 cativas (33,3%). É importante destacar que nesses dois últimos documentos, a quantidade de crianças foi separada dos adultos. Esses valores servem para demonstrar a quantidade de mulheres na sociedade itapemerinense. Os próximos tópicos destacarão algumas mulheres, sinhás e cativas, dessa sociedade.

6 Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20Erio%20do%20Brazil&link=Imp%20do%20Brazil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20Erio%20do%20Brazil&link=Imp%20do%20Brazil#).

## As Sinhás de Itapemirim

A "Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833" levantada pelo então Juiz de Paz, Francisco de Paula Gomes Bittencourt, coletou informação dos 2.937 habitantes da Vila, que se dividiram em 303 fogos. Grandes fazendeiros, proprietários de animais, terras e escravos aparecem nessa lista. Entre os maiores escravocratas da lista, estavam também mulheres: Thomazia da Silva Medella, Josefa Moreira Borges, Maria Magdalena, Anna Tavares e a Baronesa de Itapemirim, Leocádia Tavares Brum.

Thomazia da Silva Medella era a segunda maior proprietária de escravos que aparece na lista, com 107 cativos. Foi casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido, e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. Nela havia fábrica de açúcar de vivenda de telha, fábrica de farinha, plantações de cana e mandioca e 241 animais. Além da Fazenda Cotia, D. Thomazia possuía um sítio, propriedades de casas na Vila e terras em diferentes lugares<sup>7</sup>. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

A maior fortuna desse documento pertence a Joaquim Marcelino da Silva Lima, marido de Leocádia da Silva Lima, que no ano de 1846 tornar-se-iam Barão e Baronesa de Itapemirim. D. Leocádia era filha do Capitão Tavares Brum e de D. Thomazia da Silva Medella. Eram donos das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência, onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio.

Nessas fazendas eles possuíam mais de 400 escravos (MARINS, 1920, p. 212-214).

Em 1833, o casal ainda não havia recebido o título de nobreza. Entre os bens, aparece apenas a Fazenda Muqui com 304 escravos, caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, máquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período (PEREIRA, 2015, p. 5-6). Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias.

Outra fazendeira importante foi Anna Tavares, esposa de José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso, em 1833. Possuíam 81 escravos, além de 1.130 braças de terras próprias, engenho de açúcar, fábrica de aguardente, casas de vivenda e telha, prédios na Vila, olarias, plantações de cana, café e mandioca e 310 animais. Também eram donos da fazenda Boa Vista, adquirida anos depois, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. As terras Paineiras, uma das principais da região e que deram origem à fazenda com o mesmo nome anos mais tarde, em 1833, pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça, cercados, lavouras, 305 animais e 51 escravos. Salles também era dono de uma casa de vivenda de telha. Essa fazenda foi adquirida por Luiz Moreira da Silva Lima e sua esposa Rita, posteriormente.

A Fazenda Barra Seca pertencia a Maria Magdalena em 1833. Havia nela, engenho de açúcar, lavouras, 109 animais e 32 escravos. D. Maria também possuía casa de vivenda na Praça da Vila. Outra proprietária de destaque, nessa lista, foi dona Josefa Moreira Borges, dona da Fazenda Colheres, com fábrica de açúcar e cachaça, lavouras de cana e café, 49 escravos e 132 animais. Essas quatro mulheres, que aparecem na Lista Nominal de 1833, são exemplos de Sinhás que administravam negócios e possuíam quantidade grande de cativos.

Outra fonte onde se pode observar a presença de mulheres abastadas financeiramente são os inventários *post mortem*<sup>8</sup>. Em 04 de março de 1849, João Nepomuceno Gomes Bittencourt abriu o inventário de sua esposa, Francisca da Costa Pinheiro Gomes. Eles possuíam 111 cativos, terras, ferraria, engenho, alambique, moendas, caldeiras, plantações de mandioca e cana, além da casa na Fazenda Coroa da Onça. O casal também possuía bens na Vila e em Brejo dos Patos.

Outra grande fazendeira que teve seu inventário aberto em Itapemirim foi Urçula Barreto da Silva Barbosa, que deixou testamento e inventário, os quais foram abertos em 1863. No testamento descreve que era natural de Campos, Província do Rio de Janeiro. Fora casada com Joaquim Moreira da Silva Lima, com quem teve suas filhas, Rita e Ignácia, ambas casadas com os filhos do Barão de Itapemirim. Casara-se novamente com o Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa. Sua escravaria também era formada por 111 cativos. Ela e seu marido eram donos da Fazenda Cutia, que na Lista Nominal de 1833 pertencia a D. Thomázia da Silva Medella. Havia nessa fazenda, engenho, alambique, olaria, casa de farinha, além de roças de cana, milho, mandioca e café. Também possuíam bens em Brejo Grande, na Vila e em Nova Victoria.

Além desses dois documentos, nos registros de batismo de escravos<sup>9</sup> pode-se observar a presença de mulheres com grande quantidade de cativos. A Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim, possui três livros de batismo que foram destinados aos cativos entre os anos de 1840-1888. Marianna Barreto da Silva Lima foi uma das proprietárias de escravos que levava infantes à pia batismal. Ao todo, foram batizadas 34 crianças que pertenciam a sua escravaria. Outra proprietária que possibilitou aos seus cativos o sacramento do batismo foi Mafalda

Maria do Espírito Santo. Os registros dos infantes batizados, que a ela pertenciam, aparecem no segundo e no terceiro livro. Ao todo foram 33 batismos.

Procurou-se apresentar aqui mulheres que possuíam fortuna e grande quantidade de escravos. Essas, porém, são algumas das "sinhás" de Itapemirim. Infelizmente, a ausência de fontes impede que análises mais profundas sobre essas mulheres sejam realizadas por agora. O próximo tópico procurará observar mulheres que ocupavam a base da sociedade brasileira, as escravas.

## As Cativas de Itapemirim

Os inventários *post-mortem* possibilitam reconstruir padrões de vida dos escravizados, buscando as especificidades da vida de cativos e libertos (SILVA, 2018, p.6). Além disso, o documento revela o "plantel escravista" do falecido, nomeando-o, listando-o e avaliando-o entre seus bens. É possível acompanhar, por meio deles, as transformações e dinâmicas da sociedade escravista (FURTADO, 2009, p. 111-112).

Entre os anos de 1836 e 1888 foram catalogados 85 documentos cartoriais, entre inventários *post mortem* e testamentos, de cidadãos itapemerienses. Nesses documentos, foram levantados dados de 1.093 cativos. Desses, 523 eram mulheres (48%). Em alguns documentos aparece a função das mesmas na sociedade escravista: serviço de roça e doméstico, mucamas, costureiras, rendeiras, cozinheiras, criadas e doceiras. Era comum aparecerem com mais de uma função, como serviço de roça e mucama (funções que mais aparecem nos documentos), ou costureira e rendeira, ou criada e mucama, ou mucama, costureira e cozinheira<sup>10</sup>.

Outra fonte importante para se conhecer informações sobre a vida dos cativos são os documentos eclesiásticos. A carência de fontes censitárias faz com que os registros paroquiais ganhem desta-

7 Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

8 Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim. APEES.

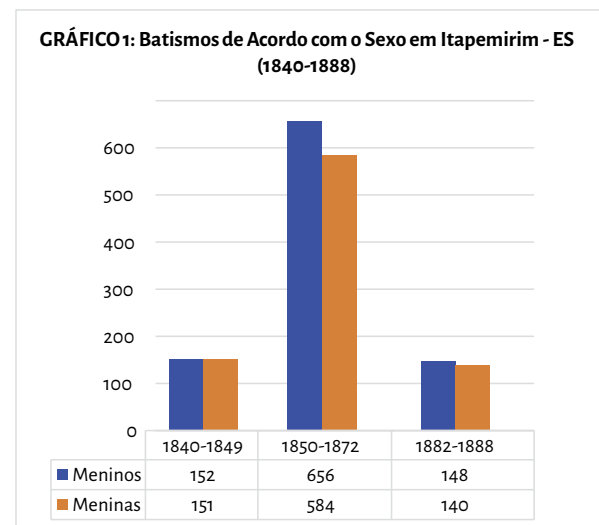
9 PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855; *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872; *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

10 Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim. APEES.

**TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES POR FAIXA ETÁRIA EM ITAPEMIRIM-ES (1836-1888)**

Fase	Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1836-1849	1-14	47	43,5	61	56,5	108	45,7
	15-45	61	55,9	48	44,1	109	46,2
	46 ou +	16	84,2	3	15,8	19	8,1
	Total	124	52,5	112	47,5	236	100
1850-1871	1-14	68	43,9	87	56,1	155	35,8
	15-45	123	55,1	100	44,9	223	51,5
	46 ou +	30	54,5	25	45,5	55	13
	Total	221	51	212	49	433	100
1872-1888	1-14	35	70	15	30	50	23,6
	15-45	67	48,5	71	51,5	138	65
	46 ou +	11	45,8	13	54,2	24	11,4
	Total	113	53,3	99	46,7	212	100

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

**TABELA 2: MULHERES COM 15 OU MAIS ANOS CASADAS, VIÚVAS OU MÃES SOLTEIRAS EM ITAPEMIRIM-ES (1836-1888)**

Condição das Mulheres	1836-1849		1850-1871		1872-1888	
	N	%	N	%	N	%
Mães solteiras	2	6,9	27	64,3	21	87,5
Mães casadas e viúvas	27	93,1	15	35,7	3	12,5
Total de mulheres inseridas em famílias	29	82,8	42	51,8	24	64,8
Total de mulheres com 15 anos ou mais	35	100	81	100	37	100

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

que, segundo Graça Filho e Libby (2016, p. 11). Detalhes do cotidiano de livres, libertos e cativos podem ser encontrados nas páginas amareladas dos livros

paroquiais. Entre 1840 e 1888, 1.838 batismos foram realizados em Itapemirim, sendo que 875 eram meninas (47%).

**TABELA 3: COMPOSIÇÃO GERAL DAS FAMÍLIAS CATIVAS PRESENTE NOS REGISTROS DE BATISMO DE ITAPEMIRIM-ES (1840-1888)**

	Famílias	N	%
Famílias Nucleares	1 filho	245	72,9
	2 filhos	52	15,5
	3 filhos	27	8
	4 filhos	8	2,4
	5 filhos	3	0,9
	6 filhos	1	0,3
	Total de Famílias	336	29,7
Famílias Matrilineares	1 filho	527	71,8
	2 filhos	146	19,9
	3 filhos	49	6,7
	4 filhos	9	1,2
	5 filhos	2	0,3
	6 filhos	1	0,1
	Total de Famílias	734	64,8
Famílias Extensas	1 filho	10	43,5
	2 filhos	9	39,1
	3 filhos	3	13,1
	4 filhos	1	4,3
	Total de Famílias	23	2
Outras Composições	1 filho legítimo/ 1 filho natural	18	45
	2 filhos legítimos/ 1 natural	3	7,5
	3 filhos legítimos/ 1 natural	3	7,5
	4 filhos legítimos/ 1 natural	1	2,5
	5 filhos legítimos/ 1 natural	2	5
	1 filho legítimo/ 2 naturais	11	27,5
	2 filhos legítimos/ 2 naturais	1	2,5
	1 filho legítimo/ 6 naturais	1	2,5
	Total de famílias	40	3,5
	Total Geral de Famílias		1.133

Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3. \*O conceito de Família Extensa refere-se a presença de avós.

Interessante que, tanto nos documentos cartoriais quanto nos eclesiásticos, existe uma proporcionalidade entre a quantidade de homens e mulheres cativos. Muitas dessas mulheres, apesar da violenta condição que a escravidão proporcionava, tinham famílias e filhos. Nos documentos cartoriais, aparecem 95 famílias entre 1836-1888, sendo que 50 eram matri-

lineares (52,5%), ou seja, formada por mães solteiras. Já nos registros de batismo a quantidade de famílias formadas apenas pela figura materna também é elevada. Foram identificadas 1.133 famílias, sendo que 734 (64,8%) eram matrilineares.

O predomínio de famílias matrilineares, ou seja, chefiadas por mulheres solteiras, com apenas

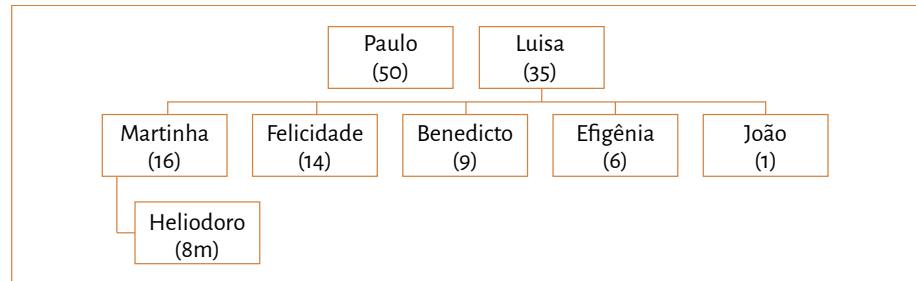
um filho, é reflexo de uma escravaria jovem e muito influenciada pelo tráfico internacional, como demonstrou Florentino e Côes (1997, p.143-144). O que não significa que não houvesse uniões estáveis, mas não sacramentadas pela Igreja. É interessante observar que algumas dessas famílias chegavam a ter netos e podem ser encontradas tanto nos documentos cartoriais quanto nos eclesiásticos.

Em 1845, o casal Paulo e Luísa apareceu na partilha do desembargador Ignacio Acioli de Vasconcelos. Ele, com 50 anos, era de origem Mina e ela, com 35, Caçanga. Nesse documento aparecem cinco filhos. A filha mais velha do casal, Martinha, também era mãe de uma criança, Heliodoro, que

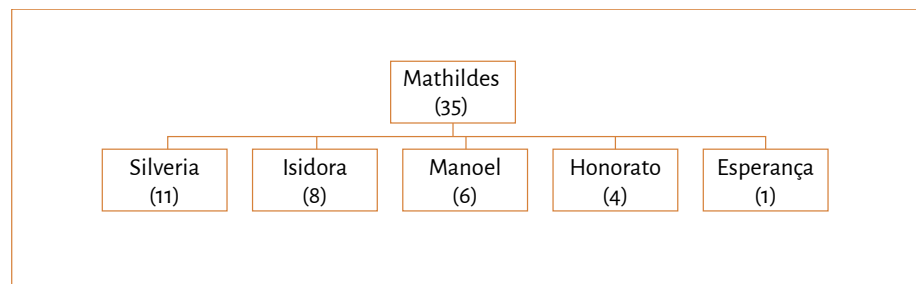
tinha oito meses quando o documento foi escrito. Não aparece o nome do pai dessa criança.

Outros exemplos de famílias cativas são a chefiada por Mathildes, com 35 anos e Anna, com 45 anos. Aquela pertencia a Antônio José Correa e esta pertencia a D. Urçula Maria do Espírito Santo. Ambas tinham cinco filhos e não consta o nome de seus maridos ou companheiros nos registros.

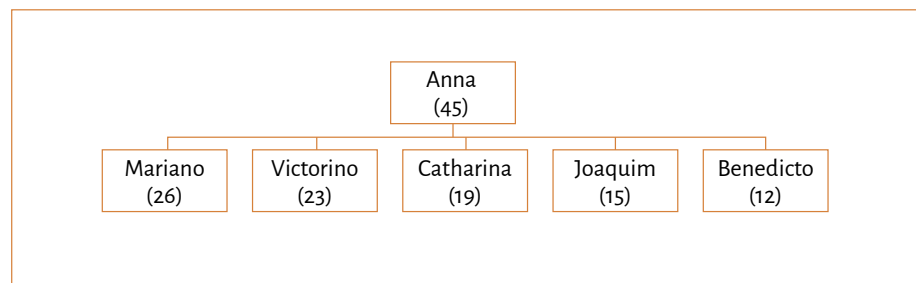
Nos documentos eclesiásticos também são encontradas famílias chefiadas por mulheres com muitos filhos. É o caso da família de Rita, cativa de



QUADRO 1: Família de Paulo e Luisa, cativos de Ignacio Acioli de Vasconcelos. Fonte: Inventário de Ignacio Acioli de Vasconcelos, APEES.



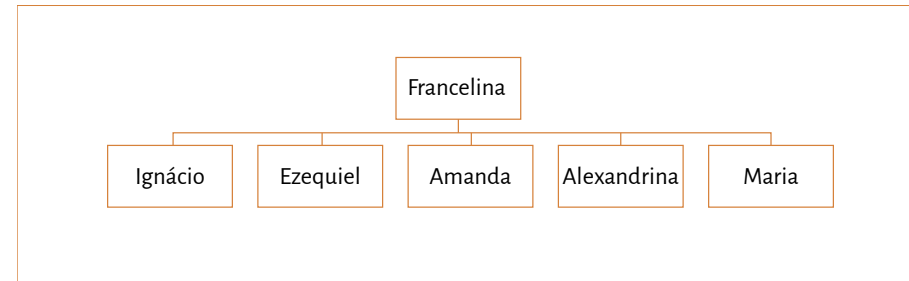
QUADRO 2: Família de Mathilde, cativa de Antônio José Correa. Fonte: Testamento e Inventário de Antônio José Correa, APEES.



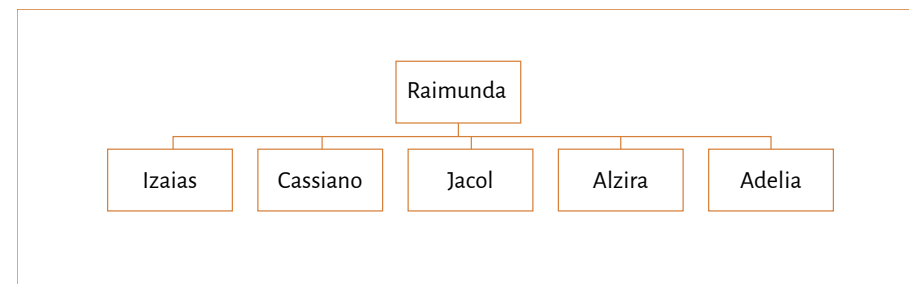
QUADRO 3: Família de Anna, cativa de Urçula Maria do Espírito Santo. Fonte: Inventário de Urçula Maria do Espírito Santo, APEES.

Archanjo José de Souza, que batizou seis crianças no período estudado. Caso semelhante pode ser observado com Raimunda, cativa de D. Marianna Barreto da Silva Lima e Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha, que batizaram cinco infantes cada uma.

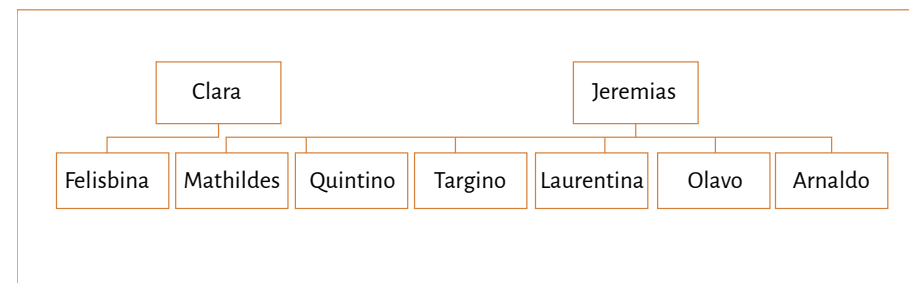
Clara, cativa de Antônio Domingues Tinôco, era casada com Jeremias. No ano de 1860, Clara batizou sua filha mais velha, Felisbina, sem a menção do pai no registro. Nos anos seguintes, junto com Jeremias, batizaram outras seis crianças. A família de Clara e



QUADRO 4: Família de Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha. Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.



QUADRO 5: Família de Raimunda, cativa de Marianna Barreto da Silva Lima. Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.



QUADRO 11: Família de Clara e Jeremias, cativos de Antônio Domingues Tinôco. Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

Jeremias é exemplo de famílias detectadas por Slenes (1984, p. 2121), onde muitas mulheres tiveram seu primeiro filho quando ainda eram solteiras e se casaram na Igreja anos depois.

Essas são apenas algumas famílias que aparecem nos registros eclesiásticos e cartoriais de Itapemirim, e demonstram que as mesmas, apesar das condições degradantes da escravidão, tinham liberdade para se relacionarem e podiam constituir famílias com muitos filhos. Essas famílias numerosas, muitas sem a presença da figura masculina, pode

ser um indício de uniões consensuais não sacramentadas, porém respeitadas pela sociedade onde estavam inseridas (FLORENTINO, CÔES, 1997, p. 80-81).

**Referências Bibliográficas**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. *Série Vara de Famílias*. 15 caixas.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008

CUNHA, M. F. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. In.: *Hist. Ensino*, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Presidentes de Província (1833-1888). Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%3ADrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%3ADrito_santo).

FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, M. e CÔES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, J. F. *A morte como testamento da vida*. In.: PINSKY,

C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.

GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). *História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

HESS, R. R.; FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

LEITE, M. L. M. História das Mulheres. In.: *Revista USP*, n. 23, 1994, p. 56-61.

LIBBY, D. C. et. Al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas Análises e Perspectivas*. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imp%20do%20Brasil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imp%20do%20Brasil#).

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SALETO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, E. F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, G. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002, p. 153-187.

SILVA, A. F. da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. In.: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, p. 1-10 Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto-Aryanne-FaustinaSilva.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550_ARQUIVO_TextoCompleto-Aryanne-FaustinaSilva.pdf). Acesso em 21 de julho de 2018

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. In: *Cadernos Pagu* (3), 1994: p. 29-62.

VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

